

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	82
----------------------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	84
-------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	86
--	----

Motivos de Reapresentação	87
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/05/2010	Dividendo	31/05/2010	Ordinária		0,54000
Reunião do Conselho de Administração	30/11/2010	Dividendo	30/11/2010	Ordinária		0,68000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	2.717.004	2.203.575	1.856.712
1.01	Ativo Circulante	175.703	113.810	89.469
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.661	4.192	4.588
1.01.01.01	Caixas e bancos	3.661	4.192	4.588
1.01.02	Aplicações Financeiras	65.349	18.170	12.025
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.349	18.170	12.025
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	65.349	18.169	10.258
1.01.02.01.04	Conta reserva	0	1	1.767
1.01.03	Contas a Receber	79.335	70.522	54.707
1.01.03.01	Clientes	79.335	70.522	54.707
1.01.03.01.01	Contas a receber	6.105	5.848	6.119
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	75.276	66.735	50.475
1.01.03.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	-2.046	-2.061	-1.887
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.833	10.054	7.029
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.833	10.054	7.029
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	12.833	10.054	7.029
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.247	5.167	5.641
1.01.07.01	Despesas antecipadas	5.247	5.167	5.641
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.278	5.705	5.479
1.01.08.03	Outros	9.278	5.705	5.479
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	4.551	978	752
1.02	Ativo Não Circulante	2.541.301	2.089.765	1.767.243
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	556.728	433.239	337.560
1.02.01.06	Tributos Diferidos	129.651	99.820	91.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	129.651	99.820	91.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	353.728	255.416	164.489
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	353.728	255.416	164.489
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	73.349	78.003	82.071

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.445	2.372	1.713
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	70.904	75.631	80.358
1.02.03	Imobilizado	72.616	87.412	90.236
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.086	42.551	56.624
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	34.530	44.861	33.612
1.02.04	Intangível	1.911.957	1.569.114	1.339.447
1.02.04.01	Intangíveis	1.911.957	1.569.114	1.339.447
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.911.957	1.569.114	1.339.447

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	2.717.004	2.203.575	1.856.712
2.01	Passivo Circulante	736.536	440.758	303.099
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.317	8.232	11.262
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.317	8.232	11.262
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	10.317	8.232	11.262
2.01.02	Fornecedores	49.280	62.472	28.227
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	49.280	62.472	28.227
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.043	43.895	34.294
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54.075	38.264	29.206
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.071	0	11.389
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	28.922	32.980	12.931
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	1.563	1.347	1.411
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	4.519	3.937	3.475
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	40	1	76
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	40	1	76
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.928	5.630	5.012
2.01.03.03.02	ISS a recolher	6.928	5.630	5.012
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	353.979	225.654	186.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	118.345	79.347	30.596
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	118.345	79.347	30.596
2.01.04.02	Debêntures	235.634	146.307	155.759
2.01.05	Outras Obrigações	155.042	20.417	34.275
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.431	10.873	16.043
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	5.431	10.873	16.043
2.01.05.02	Outros	149.611	9.544	18.232
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	137.249	3.229	2.843
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	12.362	6.315	15.389
2.01.06	Provisões	106.875	80.088	8.686
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	106.875	80.088	8.686

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.06.01.06	Provisão para manutenção	106.875	80.088	8.686
2.02	Passivo Não Circulante	1.113.095	1.083.531	1.017.667
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	509.649	523.856	481.368
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	216.880	240.164	62.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	216.880	240.164	62.841
2.02.01.02	Debêntures	292.769	283.692	418.527
2.02.02	Outras Obrigações	361.118	328.267	289.083
2.02.02.02	Outros	361.118	328.267	289.083
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	361.045	328.110	22.331
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições a recolher	0	0	266.488
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	73	157	264
2.02.03	Tributos Diferidos	189.331	166.375	141.458
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	189.331	166.375	141.458
2.02.04	Provisões	52.997	65.033	105.758
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52.997	65.033	105.758
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	2.524	726	664
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	50.473	64.307	105.094
2.03	Patrimônio Líquido	867.373	679.286	535.946

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.618.310	1.328.147	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-779.558	-603.002	0
3.02.01	Custo de construção	-333.065	-225.385	0
3.02.02	Provisão de manutenção	-44.902	-25.460	0
3.02.03	Depreciação e amortização	-65.394	-46.677	0
3.02.04	Custo da outorga	-167.398	-160.192	0
3.02.05	Serviços	-83.972	-67.828	0
3.02.06	Custo com pessoal	-46.868	-43.190	0
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-14.537	-13.691	0
3.02.08	Outros	-23.422	-20.579	0
3.03	Resultado Bruto	838.752	725.145	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-83.886	-66.867	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-84.777	-67.018	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.650	1.549	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-759	-1.398	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	754.866	658.278	0
3.06	Resultado Financeiro	-127.400	-144.540	0
3.06.01	Receitas Financeiras	28.846	96.675	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-156.246	-241.215	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	627.466	513.738	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-217.129	-179.649	0
3.08.01	Corrente	-224.004	-163.552	0
3.08.02	Diferido	6.875	-16.097	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	410.337	334.089	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	410.337	334.089	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00234	0,00191	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.02.01	ON	0,00234	0,00191	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	494.758	438.442	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	647.695	562.532	0
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	410.337	334.089	0
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.875	16.097	0
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	4.727	4.727	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	67.009	48.078	0
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	362	707	0
6.01.01.06	Baixa do ativo intangível	398	794	0
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	93.797	67.458	0
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	31.647	1.939	0
6.01.01.09	Juros, multa e outros enc.s/imp.parcel.	24.800	162.267	0
6.01.01.10	Descontos obtidos s/ impostos parcelados	-17.856	-85.032	0
6.01.01.11	Provisão (reversão) devedores duvidosos	-15	174	0
6.01.01.12	Provisão para continências	2.389	430	0
6.01.01.13	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	44.902	25.460	0
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	29.402	15.947	0
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-37.329	-30.603	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-152.937	-124.090	0
6.01.02.01	Contas a receber	-257	271	0
6.01.02.02	Partes relacionadas	-8.541	-16.260	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-2.779	-1.594	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-80	474	0
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-98.312	-90.927	0
6.01.02.06	Outras contas a receber	-3.646	-885	0
6.01.02.07	Fornecedores	-13.192	34.245	0
6.01.02.08	Partes relacionadas	-117.749	2.075	0
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	2.085	178	0
6.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel. IR/CS	11.493	-31.713	0
6.01.02.11	Liquidação de contingências	-591	-368	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	134.020	386	0
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-61.351	-10.792	0
6.01.02.14	Outras contas a pagar	5.963	-9.180	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-246.180	-256.272	0
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-22.678	-30.528	0
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-223.502	-225.744	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-201.929	-174.655	0
6.03.01	Resgates/Aplicações na conta de reserva	1	1.766	0
6.03.02	Distribuição de dividendos	0	-50.825	0
6.03.03	Dividendos antecipados	0	-139.925	0
6.03.04	Dividendos pagos	-222.250	0	0
6.03.05	Emprést.,financ.e debêntures - captações	296.735	265.581	0
6.03.06	Emprést.,financ.e debêntures-pagamentos de principal	-213.087	-175.095	0
6.03.07	Emprést.,financ.e debêntures-pagamento de juros	-63.328	-76.157	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	46.649	7.515	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.361	14.846	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	69.010	22.361	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	218.750	0	460.536	0	0	679.286
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	218.750	0	460.536	0	0	679.286
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.000	0	-131.800	-118.450	0	-222.250
5.04.01	Aumentos de Capital	28.000	0	-28.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.800	-118.450	0	-222.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	410.337	0	410.337
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	410.337	0	410.337
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	291.887	-291.887	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	291.887	-291.887	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	620.623	0	0	867.373

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	176.162	0	359.785	0	0	535.947
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	176.162	0	359.785	0	0	535.947
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.588	0	10.387	-243.725	0	-190.750
5.04.01	Aumentos de Capital	42.588	0	-42.588	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	52.975	-243.725	0	-190.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.089	0	334.089
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.089	0	334.089
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	90.364	-90.364	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	90.364	-90.364	0	0
5.07	Saldos Finais	218.750	0	460.536	0	0	679.286

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	1.723.790	1.405.073	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.703.970	1.388.600	0
7.01.02	Outras Receitas	19.820	16.473	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-563.212	-403.501	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-119.669	-99.912	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-65.576	-52.744	0
7.02.04	Outros	-377.967	-250.845	0
7.02.04.01	Custo de construção	-333.065	-225.385	0
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-44.902	-25.460	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.160.578	1.001.572	0
7.04	Retenções	-67.010	-48.078	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.010	-48.078	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.093.568	953.494	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.846	96.675	0
7.06.02	Receitas Financeiras	28.846	96.675	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.122.414	1.050.169	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.122.414	1.050.169	0
7.08.01	Pessoal	54.757	48.774	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	37.738	32.870	0
7.08.01.02	Benefícios	13.395	12.666	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.193	2.082	0
7.08.01.04	Outros	1.431	1.156	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	333.110	265.491	0
7.08.02.01	Federais	263.835	219.491	0
7.08.02.02	Estaduais	98	103	0
7.08.02.03	Municipais	69.177	45.897	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	324.210	401.815	0
7.08.03.01	Juros	154.401	239.400	0
7.08.03.02	Aluguéis	2.411	2.223	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.03	Outras	167.398	160.192	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	410.337	334.089	0
7.08.04.02	Dividendos	118.450	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	291.887	334.089	0

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Discorre também, sobre o trabalho que a CCR AutoBAN vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a CCR AutoBAN continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez do tráfego do Sistema Anhanguera Bandeirantes.

A CCR AutoBAN, em 2010 terminou diversas obras de importância para sua Região de atuação:

- Complexo Anhanguera;
- Complexo do km 110 da Via Anhanguera;
- Marginais do km 113 na Região de Sumaré;
- Marginais do 92 ao 98 da Via Anhanguera em Campinas;
- Trecho da Marginal do Rio Tietê em São Paulo.

Todas essas obras contribuíram significativamente para melhorar a segurança e a fluidez do tráfego na chegada da Via Anhanguera em São Paulo e na Região de Campinas-Sumaré.

Investimento em obras

A CCR AutoBAN, desde o início da concessão, em maio de 1998, já investiu mais de R\$ 3,5 bilhões (valores atualizados em 31/12/2010) em obras nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes, na melhoria constante dos serviços prestados, em educação para preparar o motorista de amanhã, em saúde, com programas voltados para os motoristas de caminhão, e em segurança, entre outras ações.

Vidas salvas

A CCR AutoBAN salva em média 100 vidas por ano: a média mensal de mortes foi reduzida em 28%. Em seus 12 anos de história, a CCR AutoBAN reduziu em 65% o índice de mortes no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, que leva em conta a extensão das rodovias, o fluxo de veículos e número de dias do período, em 6% o índice de feridos e em cerca de 23% o índice de acidentes.

Centro de Controle Operacional

Em 2010, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou média mensal de 46 mil atendimentos, realizados pelos veículos de inspeção de tráfego (7,5 mil), pelos guinchos (10 mil), pelos resgates (1,3 mil), pelo caminhão de apreensão de animais e caminhões tipo irrigadeira (900).

Atendimento Pré-Hospitalar

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local da chamada em torno de 7 minutos, e o guincho, em 12 minutos (tempos em 85% dos casos).

Relatório da Administração

Cenário Econômico

O ano de 2010 figurou a retomada ao crescimento após passarem os efeitos da crise que abateu o cenário internacional em meados de 2008 e em 2009. Por esse motivo, observamos as seguintes taxas de crescimento:

Mil

Eixos Equivalentes			
<i>Categoria</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Variação</i>
Passeio	96.303	105.098	9,1%
Comercial	114.084	133.413	16,9%
Total	210.387	238.511	13,4%

Não houve atos Governamentais ou qualquer outro fator relevante que tenha afetado nosso desempenho.

- Especificamente em relação ao IGP-M, que afeta diretamente os reajustes das nossas tarifas, tivemos uma variação de 11,53% em 2008 e 3,64% em 2009 e 4,18% em 2010.

Para 2011, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 4% do PIB, IGP-M de 5,71%, IPCA de 5,60%, e taxa de câmbio de R\$ 1,68 para cada dólar americano.

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação. Trabalhar continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga, e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e, avaliando inclusive a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio e de delimitação e proibição de tráfego pesado no centro expandido do município. Também atuamos no apoio para atração de atividades que incrementem a economia local e que contribuam para a elevação do fluxo de veículos pelas nossas rodovias, como a implantação de Centros de Distribuição de grandes atacadistas.

Maximizar Eficiências Operacionais. Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Relatório da Administração

Explorar e Desenvolver Oportunidades. Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio de tubulações de óleos, gás, água e energia elétrica; (c) viabilização de implantação de empresas que utilizarão o Sistema Anhanguera-Bandeirantes para acessos comerciais, industriais ou particulares a suas instalações; (d) acompanhamento e monitoramento de cargas especiais; e) Controle e regularização de painéis (outdoors / totens) ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes (fora da faixa de domínio).

Tais receitas complementares representam 1,4% de nossas receitas totais.

Riscos de Mercado

Risco de Taxa de Juros

A nossa exposição a taxas de juros flutuantes está principalmente relacionada a variações de:

- IGP-M, relativa a empréstimos locais em Reais (Parte das Debêntures);
- TJLP, relativa a empréstimos locais com o BNDES; e
- CDI, relativo a empréstimos locais em Reais (Parte das Debêntures).

A taxa de juros nas aplicações que realizamos é o CDI.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita incluem publicidade, manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes de Veículos Pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2010, 82,8% de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 17,2% resultaram de outras atividades.

Nossas receitas de pedágio e acessórias aumentaram R\$ 211 milhões em relação a 2009:

R\$ mil

	2009	2010	Crescimento
Receita de Pedágio	R\$ 1.163.215	R\$ 1.370.905	17,9 %

Relatório da Administração

Receita Acessória	R\$ 16.473	R\$ 19.820	20,3 %
--------------------------	------------	------------	--------

O número total de Veículos Pedagiados no Sistema Anhanguera-Bandeirantes aumentou de 130 milhões em 2009 para 143 milhões em 2010.

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação do IGP-M entre os meses de maio de cada ano e aplicados a partir do dia 1 de julho. Em 2010 a variação do IGP-M ocorrida naquele período foi de 4,18%, o que acarretou na atualização das tarifas de cada praça de pedágio.

1.2 – Deduções da Receita Bruta.

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas nossas as receitas.

Em 2010, foram recolhidos aos cofres dos municípios de Cordeirópolis, Franco da Rocha, Jundiaí, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Caieiras, Americana, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Louveira, Valinhos, Vinhedo, Cajamar, Limeira e São Paulo o montante de R\$ 69 milhões, relativos ao ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias.

1.3 - Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- custos da outorga pagos ao Poder Concedente, cujo montante em 2010 foi de R\$ 166 milhões, que incluem tanto valores fixos como valores variáveis, sendo os variáveis equivalentes a 3% da receita bruta mensal, excluídas as receitas financeiras; e
- outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

1.4 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à nossa administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

Relatório da Administração

1.5 - Juros e Outras Despesas Financeiras

Os juros consistem primordialmente nos juros decorrentes do nosso endividamento, que são contratados em regime de taxas flutuantes e variam em função do nível de endividamento e/ou das taxas de juros.

A tabela a seguir indica as taxas de juros incidentes sobre nossas dívidas:

<i>Tipo</i>	<i>Dívida</i>	<i>Taxa</i>
CDI	Debêntures	106,5%
CDI	Notas Promissórias	106,5%
CDI	Debêntures	108%
IGPM	Debêntures	IGP-M + 10,65%
TJLP	BNDES	TJLP + 5%
CDI	Debêntures	103,3%

1.6 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras são geralmente compostas por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, geralmente em CDI, que realizamos com os nossos saldos de caixa, e, assim, variam em função do volume de recursos aplicados e/ou das taxas de juros.

1.7 - Investimentos

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2010 totalizaram R\$ 2.544 milhões (mais de R\$ 3,5 bilhões em valores de hoje), tendo sido realizadas em 2010 diversas obras e melhorias, sendo destacadas:

Relatório da Administração

- Conclusão do Complexo Anhanguera na chegada a São Paulo;
- Conclusão do Complexo do km 110 da Via Anhanguera;
- Conclusão das Marginais do km 113 na Região de Sumaré;
- Conclusão de Marginais do 92 ao 98 da Via Anhanguera em Campinas;
- Conclusão de Trecho da Marginal do Rio Tietê em São Paulo.

1.8 Financiamentos

Além de recursos sob a forma de capital, captamos uma quantia significativa de recursos por meio de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor de nossos financiamentos era de R\$ 863,6 milhões.

A tabela abaixo apresenta a porcentagem representativa do nosso endividamento em dezembro de 2010:

<i>Dívida</i>	<i>% Endividamento</i>
BNDES	33%
Debêntures/Notas Promissórias	67%

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2010 todos esses índices foram atingidos. Além das restrições sobre a distribuição de dividendos, outras distribuições ou recompras de ações, os contratos impõem limitações para criação de direito real sobre ativos, captação de novas dívidas e realização de operações entre partes relacionadas em bases não equitativas. No Contrato de Concessão também havia restrições à distribuição de dividendos, condicionados à conclusão da construção do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, obra concluída no ano 2000.

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES é mensal e frente aos debenturistas é anual para as séries 1 e 2 e semestral para a série 3.

2. Redução de Acidentes.

Em 2010 fechamos o ano com índice de mortos nas nossas Rodovias, em 2010 foi registrado um índice que representa uma redução de 64,3% em relação a 1997, período anterior à concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR AutoBA continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa de Educação para o Trânsito, onde cerca de 50 mil alunos da rede pública de 16 municípios situados ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem as primeiras noções sobre trânsito e direção responsável.
- Programa de Redução de Acidentes – PRA, que é feito através da análise dos acidentes, verificando as incidências e estabelecendo ações para minimizar as ocorrências.

Relatório da Administração

3. Atendimento ao Usuário.

O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu 556 mil atendimentos, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários, assim distribuídos em 2010:

●	Inspeção de tráfego	89.607
●	Resgate	16.368
●	Guinchos leves e pesados	121.251
●	Caminhões-pipa e de apreensão de animais	11.000
●	Outros veículos operacionais	7.204
●	Disque CCR AutoBAn, 0800 55 55 50	311.297
●	Total	<u>556.727</u>

Além dos atendimentos do SAU, em 2010 registramos mais de 12 mil ligações em nossa Ouvidoria e mais de 3,6 milhões de acessos em nosso site, o que de modo geral representou em 2010 um atendimento a usuário a cada 6 segundos.

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de câmeras de TV, interligadas por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), cobrem 80% do nosso sistema rodoviário, o que, aliado ao 0800 (Disque CCR AutoBAn - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência (CallBox) instalado a cada quilômetro das rodovias do Sistema e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), da CETESB, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

4. Política Ambiental

A CCR AutoBAn está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR AutoBAn tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

Relatório da Administração

5. Responsabilidade Social

Estrada para a Saúde

Localizado no km 56 da Rodovia dos Bandeirantes, o programa é voltado aos usuários com predominância dos caminhoneiros e seu principal objetivo é promover melhor qualidade de vida a esses profissionais, detectando eventuais problemas de saúde e encaminhando-os para tratamento. Os participantes podem fazer, gratuitamente, testes de acuidade visual, de dosagem de glicose e colesterol no sangue, percentual de gordura, avaliação cardíaca e aptidão física. Além dos exames médicos, são feitas palestras sobre AIDS, DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e explicados conceitos de direção defensiva e atendimento em primeiros socorros, visando à segurança das pessoas. Além desses exames são oferecidos serviços de corte de cabelo, podologia e orientação psicológica aos caminhoneiros.

No mesmo local, e também oferecido gratuitamente, o projeto disponibiliza tratamento odontológico, incluindo serviços de prevenção, restauração, obturação dentária e limpeza, com aproximadamente 3.000 atendimentos por ano.

O programa Estrada para Saúde já atendeu cerca de 40.000 caminhoneiros desde o seu início, em junho de 2001.

Estrada para a Cidadania

Em 2010 a Concessionária deu prosseguimento ao programa de educação para o trânsito – Estrada para a Cidadania, visando à preservação da vida e a redução de acidentes. O programa é aplicado em parceria com as prefeituras de 16 municípios situados na área de influência do Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

Oferecendo aulas semanais e material didático aos alunos e aos educadores, o programa envolve atualmente 235 escolas, 1.700 professores e cerca de 50 mil alunos da rede pública dos 3^{as} e 4^{as} séries do Ensino Fundamental de escolas públicas dos municípios ao longo das rodovias.

Nas aulas são transmitidos valores básicos de respeito às leis de trânsito, preservação da vida, auto-estima, cidadania, preservação do meio ambiente, entre outros.

Os livros são interativos, proporcionando aos alunos, professores, pais e amigos observar as falhas cometidas no cotidiano, buscar soluções e refletir sobre as conseqüências de seus atos no trânsito e à própria vida.

Assim, a abrangência do programa contemplou indiretamente mais de 1,5 milhão de pessoas.

Atividades do **Programa Estrada para a Cidadania** dirigidas aos educadores:

Relatório da Administração

- Encontro com todos os secretários de educação dos municípios pertencentes ao programa
- Evento de lançamento por concessionária
- 4 oficinas pedagógicas com o Instituto de Desenvolvimento Humano Saber & Fazer
- Oficina de contação de histórias
- Oficina de construção de jogos para a educação de trânsito, meio ambiente e cidadania
- Workshop

Atividades do **Programa Estrada para a Cidadania** dirigidas às crianças:

- Teatro de Educação de Trânsito – Criança prudente, adulto consciente
- Teatro sobre a importância do voto – A verdadeira história
- Campanha Cidadania na Estrada: elaboração de cartas com mensagens aos motoristas, entregues nas praças e empresas
- Campanha Crianças Amigas da Estrada: blitz educativa
- Concurso Arte na Estrada

Cine Tela Brasil

Cine Tela Brasil é um grande projeto itinerante dirigido pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi e está inserido entre os diversos projetos culturais que a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) está patrocinando, por meio da Lei Rouanet.

Como empresa integrante do Sistema CCR e de seu Programa Cultura nas Estradas, a CCR AutoBAN patrocinou parte do Projeto Cine Tela Brasil, em 2010.

6. Dividendos

Em 2010, em conformidade com as exigências contratuais com o Poder Concedente, com as instituições financeiras e com a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, a CCR AutoBAN distribuiu dividendos em maio e novembro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 222.249, sendo que R\$ 103.800 referem-se a 2009 (proposto) e R\$ 118.449 pagos a títulos de dividendos intermediários (antecipado) em 2010.

Relatório da Administração

7. Reconhecimentos

- A Concessionária tem se destacado pela sua excelência na prestação de serviços, e por isso conquistou os seguintes prêmios:
 - Pelo 5º ano consecutivo a Rodovia dos Bandeirantes foi considerada a melhor Rodovia do País pelo Guia 4 Rodas;
 - Melhor Concessionária, conquistado pela 5ª vez (2002, 2004, 2008, 2009 e 2010), conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;
 - Campeã do setor Transporte e Logística pelo ranking das melhores empresas do Brasil, realizado pelo grupo Valor Econômico;
 - Concessionária de Rodovias mais conhecida pelos Usuários – Correio Popular – Campinas;

8. Instrução CVM 381/03

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

9. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

10. Agradecimentos

Relatório da Administração

A CCR AutoBAn agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafio

Jundiaí, 11 de março de 2011.

A Administração.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2026, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
 - Recuperação do trevo do km 62. (a)
 - Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (b)
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)
 -
- a) Obras concluídas.
b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstas no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Cia apenas a manutenção e a conservação.

Bens reversíveis

Notas Explicativas

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito.

Em 11 de março de 2011 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Notas Explicativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período no qual tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 20 – Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 3 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Provisão para devedores duvidosos
- Nota 9b – Impostos diferidos
- Nota 12 – Depreciação do ativo imobilizado
- Nota 13 – Amortização do ativo intangível
- Nota 18 – Provisão para contingências
- Nota 19 – Provisão de manutenção
- Nota 21 – Mensuração de instrumentos financeiros

3 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e na preparação do balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009 para fins de transição para as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitidos durante 2009 e 2010, com vigência para 31 de dezembro de 2010.

i. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Notas Explicativas

ii. Receitas de Serviços

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

iii. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota 22.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos e partes relacionadas.

- b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, notas promissórias, leasing, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos, notas promissórias, leasing e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Notas Explicativas

c) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

iv. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

v. *Custo de transação na emissão de títulos*

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

vi. *Ativo imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela

Notas Explicativas

Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando parte de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, melhor representa os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

vii. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item xvii.

viii. Ativos arrendados

- *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 20a.

- *Arrendamento mercantil financeiro*

Notas Explicativas

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 20b.

ix. Redução ao valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto e à respectiva elasticidade de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

x. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão de manutenção – contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

xi. *Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

xii. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

xiii. Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Durante o exercício de 2010, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$ 662 (R\$ 595 em 2009).

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

xiv. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

xv. *Resultado por ação*

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

xvi. *Direito de concessão*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 (contratos de concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº. 24) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato tanto a concessionária quanto o poder concedente possuem o direito de rescisão, sendo que a concessionária será indenizada pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

xvii. *Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)*

A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após

Notas Explicativas

o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

xviii. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

xix. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Algumas normas e emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como não foram emitidos atos normativos pela Comissão de Valores Mobiliários e CPC e, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre essas normas estão:

Notas Explicativas

- IFRS 9 *Financial Instruments*;
- *Limited exemption from Comparative IFRS 7* (Divulgações para adotantes iniciais);
- *Improvements to IFRS 2010*;
- *Prepayment of a minimum fund requirement* (Emenda ao IFRIC 14);
- Emendas ao IAS 32 (*Classification of rights issues*).

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida
O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Notas Explicativas

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do IGP-M relativo às debêntures, (2) do CDI para empréstimos de capital de giro (3) da TJLP relativo aos financiamentos em Reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 7, 14 e 15.

As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela variação do IGP-M.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamento e debêntures.

Gestão de capital

Notas Explicativas

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

6 Adoção inicial - Pronunciamento CPC 43

Base para transição

Aplicação da CPC 43

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras anuais elaboradas e apresentadas em conformidade com a CPC 43. A data de transição adotada foi 1º de janeiro de 2009.

Conciliação entre a nova e a antiga prática contábil

As políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira e patrimonial em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

Os ajustes pela aplicação retrospectiva das CPCs descritas abaixo, requeridas pela primeira vez para o exercício findo em 31 de dezembro 2010, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e balanço inicial na data de transição em 1º de janeiro de 2009, e as práticas contábeis anteriores estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

Reconciliação entre as demonstrações financeiras na adoção das práticas contábeis

Balancos Patrimoniais

Notas Explicativas

Ativo	Nota	31/12/2009			01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Circulante							
Caixas e equivalentes de caixa		22.361	-	22.361	14.846	-	14.846
Conta reserva		1	-	1	1.767	-	1.767
Contas a receber de clientes		3.787	-	3.787	4.232	-	4.232
Partes relacionadas		66.735	-	66.735	50.475	-	50.475
Impostos a recuperar		10.054	-	10.054	7.029	-	7.029
Ativo fiscal diferido	(e)	2.857	(2.857)	-	6.435	(6.435)	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		4.727	-	4.727	4.727	-	4.727
Despesas antecipadas		5.167	-	5.167	5.641	-	5.641
Outros créditos		978	-	978	752	-	752
Total do ativo circulante		116.667	(2.857)	113.810	95.904	(6.435)	89.469
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Ativo fiscal diferido	(e)	1.677	98.143	99.820	1.458	89.542	91.000
Depósitos judiciais		2.372	-	2.372	1.713	-	1.713
Pagamentos antecipados relacionados à concessão		75.631	-	75.631	80.358	-	80.358
Despesas antecipadas de outorga fixa		255.416	-	255.416	164.489	-	164.489
		335.096	98.143	433.239	248.018	89.542	337.560
Imobilizado	(a) (b) (c)	1.301.218	(1.213.806)	87.412	1.141.661	(1.051.425)	90.236
Intangível	(a) (c) (f) (g)	1.830	1.567.284	1.569.114	2.621	1.336.826	1.339.447
Total do ativo não circulante		1.638.144	451.621	2.089.765	1.392.300	374.943	1.767.243
Total do ativo		1.754.811	448.764	2.203.575	1.488.204	368.508	1.856.712

Notas Explicativas

Balancos Patrimoniais (Continuação)

Passivo	Nota	31/12/2009			01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		79.347	-	79.347	30.596	-	30.596
Debêntures		146.307	-	146.307	155.759	-	155.759
Fornecedores		62.472	-	62.472	28.227	-	28.227
Partes relacionadas		10.873	-	10.873	16.043	-	16.043
Impostos e contribuições a recolher		10.914	-	10.914	9.974	-	9.974
Obrigações sociais e trabalhistas		8.232	-	8.232	11.262	-	11.262
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	11.389	-	11.389
Impostos e contribuições parcelados		32.980	-	32.980	12.931	-	12.931
Dividendos a pagar	(h)	103.800	(103.800)	-	-	-	-
Provisão de manutenção	(d)	-	80.088	80.088	-	8.686	8.686
Obrigações com o poder concedente		3.229	-	3.229	2.843	-	2.843
Outras contas a pagar		6.316	-	6.316	15.389	-	15.389
Total do passivo circulante		464.470	(23.712)	440.758	294.413	8.686	303.099
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		240.164	-	240.164	62.841	-	62.841
Debêntures		283.692	-	283.692	418.527	-	418.527
Impostos e contribuições a recolher		-	-	-	266.488	-	266.488
Impostos e contribuições parcelados		328.110	-	328.110	22.331	-	22.331
Provisão para contingências		726	-	726	664	-	664
Provisão de manutenção	(d)	-	64.307	64.307	-	105.094	105.094
Passivo fiscal diferido	(e)	-	166.376	166.376	-	141.458	141.458
Outras contas a pagar		157	-	157	264	-	264
Total do passivo não circulante		852.849	230.683	1.083.532	771.115	246.552	1.017.667
Patrimônio líquido							
Capital social		218.750	-	218.750	176.162	-	176.162
Reserva de lucros	(b)(c)(d)(e)(f)(h)	218.742	241.793	460.535	246.514	113.270	359.784
Total do patrimônio líquido		437.492	241.793	679.285	422.676	113.270	535.946
Total do passivo e patrimônio líquido		1.754.811	448.764	2.203.575	1.488.204	368.508	1.856.712

Notas Explicativas

Demonstrações de Resultados

Notas Explicativas

	Nota	2009		
		Publicado Anteriormente	Ajustes	Ajustado
Receita operacional bruta				
Receita de pedágio		1.163.215	-	1.163.215
Receita de construção	(g)	-	225.385	225.385
Outras receitas		16.473	-	16.473
		<u>1.179.688</u>	<u>225.385</u>	<u>1.405.073</u>
Deduções da receita bruta				
		<u>(76.926)</u>	<u>-</u>	<u>(76.926)</u>
Receita operacional líquida				
		1.102.762	225.385	1.328.147
Custos dos serviços prestados				
Custo de construção	(i)	-	(225.385)	(225.385)
Provisão de manutenção	(d)	-	(25.460)	(25.460)
Depreciação e amortização	(a) (b) (c) (f)	(107.096)	60.450	(46.646)
Custo da outorga		(160.192)	-	(160.192)
Serviços	(b)	(55.674)	(12.185)	(67.859)
Custo com pessoal		(43.190)	-	(43.190)
Materiais, equipamentos e veículos		(13.691)	-	(13.691)
Outros		(20.579)	-	(20.579)
		<u>702.340</u>	<u>22.805</u>	<u>725.145</u>
Lucro Bruto				
		702.340	22.805	725.145
Despesas gerais e administrativas				
		(67.018)	-	(67.018)
Despesas financeiras (*)				
	(c)(d)	(255.871)	14.656	(241.215)
Receitas financeiras				
		96.675	-	96.675
Outras receitas (despesas) operacionais				
		<u>151</u>	<u>-</u>	<u>151</u>
Resultado antes dos impostos				
		476.277	37.461	513.738
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		(163.552)	-	(163.552)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(a) (b) (c) (d) (e) (f)	(3.359)	(12.738)	(16.097)
		<u>309.366</u>	<u>24.723</u>	<u>334.089</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$				
Ordinárias		1,77		1,91

(*) Considera ajuste a valor presente da provisão de manutenção no montante de R\$ 30.603 e está deduzido de custo de empréstimos capitalizados no montante de R\$ 15.947.

Notas Explicativas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		309.366	24.723	334.089
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(e)	3.359	12.738	16.097
Apropriação de despesas antecipadas		4.727	-	4.727
Depreciação e amortização	(a) (b) (c) (f)	108.528	(60.450)	48.078
Baixa do ativo imobilizado	(a) (b) (c) (d)	1.395	(688)	707
Baixa do ativo intangível		3	791	794
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos				
circulantes e não circulantes		67.458	-	67.458
Juros sobre impostos parcelados		1.939	-	1.939
Juros, multa e outros encargos sobre impostos parcelados - Lei nº. 11.941/09		162.267	-	162.267
Descontos obtidos sobre impostos parcelados - Lei nº. 11.941/09		(85.032)	-	(85.032)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos		174	-	174
Provisão para contingências		430	-	430
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	(d)	-	25.460	25.460
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(d)	-	15.947	15.947
Capitalização de custos dos empréstimos		-	(30.603)	(30.603)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber de clientes		271	-	271
Partes relacionadas		(16.260)	-	(16.260)
Impostos a recuperar		(1.594)	-	(1.594)
Despesas antecipadas		474	-	474
Despesas antecipadas da outorga fixa		(90.927)	-	(90.927)
Outras contas a receber		(885)	-	(885)
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores		34.245	-	34.245
Partes relacionadas		2.075	-	2.075
Obrigações sociais e trabalhistas		178	-	178
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social		(31.713)	-	(31.713)
Liquidação de contingências		(368)	-	(368)
Obrigações com o poder concedente		386	-	386
Realização da provisão de manutenção	(d)	-	(10.792)	(10.792)
Outras contas a pagar		(9.180)	-	(9.180)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		461.316	(22.874)	438.442
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(a) (b) (c) (d)	(279.135)	248.607	(30.528)
Adições ao ativo intangível	(a) (c) (g)	(11)	(225.733)	(225.744)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(279.146)	22.874	(256.272)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Resgates/aplicações (conta reserva)		1.766	-	1.766
Distribuição de dividendos		(50.825)	-	(50.825)
Dividendos antecipados		(139.925)	-	(139.925)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações		265.581	-	265.581
Pagamentos		(251.252)	-	(251.252)
Caixa líquido (usado nas) oriundo das atividades de financiamento		(174.655)	-	(174.655)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		7.515	-	7.515
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do período		14.846	-	14.846
No final do período		22.361	-	22.361
		<u>7.515</u>	<u>-</u>	<u>7.515</u>
Divulgação suplementar às informações dos fluxos de caixa				
Caixa pago durante o período				
Imposto de renda e contribuição social		180.383	-	180.383

Notas Explicativas

Demonstrações do Valor Adicionado

Notas Explicativas

	Nota	2009		
		Publicado Anteriormente	Ajustes	Ajustado
Receitas				
Receita de pedágio		1.163.215	-	1.163.215
Receita de construção	(g)	-	225.385	225.385
Outras receitas		16.473	-	16.473
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de construção	(i)	-	(225.385)	(225.385)
Provisão de manutenção	(d)	-	(25.460)	(25.460)
Custos dos serviços prestados	(b)	(87.833)	(12.185)	(100.018)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(52.638)	-	(52.638)
Valor adicionado bruto		1.039.217	(37.645)	1.001.572
Depreciação e amortização	(a) (b) (c) (f)	(108.528)	60.450	(48.078)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		930.689	22.805	953.494
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		96.675	-	96.675
Valor adicionado total a distribuir		1.027.364	22.805	1.050.169
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta		32.870	-	32.870
Benefícios		12.666	-	12.666
FGTS		2.082	-	2.082
Outras		1.156	-	1.156
Tributos				
Federais	(a) (b) (c) (d) (e) (f)	206.751	12.738	219.489
Estaduais		103	-	103
Municipais		45.897	-	45.897
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(c)	254.058	(14.656)	239.402
Aluguéis		2.223	-	2.223
Outorga		160.192	-	160.192
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(h)	243.725	-	243.725
Lucros retidos do exercício		65.641	24.723	90.364
		1.027.364	22.805	1.050.169

Composição dos ajustes efetuados no patrimônio líquido de 01 de janeiro de 2009 e no resultado do exercício de 2009 por natureza de ajuste:

Detalhamentos sobre a transição para as CPC's

- Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível
- Reclassificação de ativos imobilizados para custo (gastos não periódicos para recomposição/revitalização de ativos);
- Custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados
- Constituição da provisão de manutenção e ajuste a valor presente
- Reclassificação de imposto diferido de curto prazo para longo prazo e contabilização do imposto diferido sobre os ajustes da adoção inicial
- Adoção da amortização pela curva de tráfego
- Receita de construção
- Reclassificação de dividendos propostos para patrimônio líquido

Notas Explicativas

i. Custo de construção

Conciliação dos ajustes efetuados no resultado nas informações trimestrais

As Informações Trimestrais abaixo foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

	Nota	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<u>Ajustes no Patrimônio Líquido</u>			
<i>Patrimônio líquido (prática contábil anterior)</i>		<u>437.492</u>	<u>422.676</u>
Ajustes referente a Contratos de Concessão			
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(200.579)	(177.602)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	726.207	625.440
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(299.862)	(262.479)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(155.187)	(113.780)
Realização da provisão de manutenção	(d)	10.792	-
Custos de Empréstimos			
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	158.578	127.975
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(14)	(2)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(30.852)	(27.930)
Reclassificação de dividendos propostos para patrimônio líquido	(h)	103.800	-
Impostos Diferidos	(e)	(71.090)	(58.352)
<i>Patrimônio líquido conforme CPC's</i>		679.285	535.946
<u>Ajustes no Resultado do Exercício</u>			
<i>Lucro Líquido do exercício (prática contábil anterior)</i>		309.366	
Ajustes referente a Contratos de Concessão			
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(12.185)	
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	100.767	
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(37.383)	
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(41.407)	
Custos de Empréstimos			
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	30.603	
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(12)	
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(2.922)	
Impostos Diferidos	(e)	(12.738)	
<i>Lucro Líquido do Exercício conforme CPC's</i>		334.089	

Notas Explicativas

<u>Ajustes no Resultado do Período</u>	Nota	<u>30/09/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
Lucro Líquido do período (prática contábil anterior)		266.927	168.029	82.554
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(10.072)	(7.896)	(4.633)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	69.446	47.923	24.523
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(21.904)	(13.798)	(6.604)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(29.473)	(19.032)	(9.332)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	24.692	14.884	6.983
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(5)	(2)	(1)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(2.053)	(1.323)	(633)
Impostos Diferidos	(e)	(10.416)	(7.057)	(3.503)
Lucro Líquido do Período conforme CPC's		287.142	181.728	89.354
<u>Ajustes no Patrimônio Líquido</u>	Nota	<u>30/09/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
Patrimônio líquido (prática contábil anterior)		558.353	459.455	505.230
Ajuste saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(177.602)	(177.602)	(177.602)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	625.440	625.440	625.440
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(262.479)	(262.479)	(262.479)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(113.780)	(113.780)	(113.780)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	127.975	127.975	127.975
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(2)	(2)	(2)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(27.930)	(27.930)	(27.930)
Impostos Diferidos	(e)	(58.352)	(58.352)	(58.352)
Ajuste do Resultado do Período 2009		20.215	13.699	6.800
Patrimônio líquido conforme CPC's		691.838	586.424	625.300

Notas Explicativas

<u>Ajustes no Resultado do Período</u>	Nota	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Lucro Líquido do Período (prática contábil anterior)		295.414	176.529	72.654
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(15.601)	(5.450)	(2.665)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	71.742	46.910	23.502
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(32.867)	(20.206)	(9.452)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	9.155	700	(5.456)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	31.306	19.181	9.343
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(27)	(15)	(6)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(2.851)	(1.790)	(843)
Impostos Diferidos	(e)	(20.691)	(13.372)	(4.903)
Lucro Líquido do Período conforme CPC's		335.580	202.487	82.174

<u>Ajustes no Patrimônio Líquido</u>	Nota	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
Patrimônio líquido (prática contábil anterior)		732.906	614.021	510.146
Ajuste saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(177.602)	(177.602)	(177.602)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	625.440	625.440	625.440
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(262.479)	(262.479)	(262.479)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(113.780)	(113.780)	(113.780)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	127.975	127.975	127.975
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(2)	(2)	(2)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(27.930)	(27.930)	(27.930)
Impostos Diferidos	(e)	(58.352)	(58.352)	(58.352)
Ajuste do Resultado em 31 de dezembro de 2009				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(12.185)	(12.185)	(12.185)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	95.093	95.093	95.093
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(31.709)	(31.709)	(31.709)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(41.407)	(41.407)	(41.407)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	30.603	30.603	30.603
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(12)	(12)	(12)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(2.922)	(2.922)	(2.922)
Impostos Diferidos	(e)	(12.738)	(12.738)	(12.738)
Ajuste do Resultado do Período 2010		40.166	25.958	9.520
Patrimônio líquido conforme CPC's		911.065	777.972	657.659

Notas Explicativas**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	3.661	4.192	4.588
Aplicações financeiras	<u>65.349</u>	<u>18.169</u>	<u>10.258</u>
	<u><u>69.010</u></u>	<u><u>22.361</u></u>	<u><u>14.846</u></u>

As aplicações financeiras são feitas em fundos de investimentos de renda fixa, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração já apropriada. As mesmas foram remuneradas à taxa de 99,35% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), equivalente a 9,68% ao ano (9,97% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 12,19% a.a. em 01 de janeiro de 2009).

8 Contas a receber

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Vale pedágio e cupons a receber	2.973	2.758	2.577
Ocupação da faixa de domínio e acessos	1.649	1.610	1.717
Utilização de infraestrutura	362	340	505
Tarifa sobre eventos	235	258	438
Oleodutos, gasodutos e derivados	149	230	236
Locação de painéis publicitários	370	242	217
Outros	<u>367</u>	<u>410</u>	<u>429</u>
	6.105	5.848	6.119
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(2.046)</u>	<u>(2.061)</u>	<u>(1.887)</u>
	<u><u>4.059</u></u>	<u><u>3.787</u></u>	<u><u>4.232</u></u>

Notas Explicativas

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos a vencer	3.821	3.405	3.752
Créditos em atraso até 60 dias	208	279	391
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	30	103	89
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	53	172	147
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	<u>1.993</u>	<u>1.889</u>	<u>1.740</u>
	<u><u>6.105</u></u>	<u><u>5.848</u></u>	<u><u>6.119</u></u>

(a) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias e isto representa o histórico de perda da Companhia.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2010		31/12/2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual				
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	627.466	627.466	513.738	513.738
Ajustes para o cálculo dos impostos				
Adições				
Ativo imobilizado reclassificação para custo	25.352	25.352	12.081	12.081
Amortização do ativo intangível direito de exploração de infraestrutura	60.410	60.410	44.160	44.160
Amortização de custo de empréstimos capitalizados	4.234	4.234	2.933	2.933
Constituição da provisão de manutenção	44.901	44.901	25.460	25.460
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	29.404	29.404	15.948	15.948
Custo de construção	333.065	333.065	225.385	225.385
Provisões - diferenças temporárias	24.684	24.684	18.849	18.849
Provisões indedutíveis (b)	4.165	4.165	3.998	3.998
Despesas indedutíveis (c)	673	673	804	804
Despesas com incentivos fiscais	5.978	5.978	3.660	3.660
Parcelamentos INSS/IRPJ/CSLL - Lei 11.941	85.589	85.589	103.355	103.355
Outros ajustes do regime tributário de transição	888	888	920	920
Total Adições	619.343	619.343	457.553	457.553
Exclusões				
Depreciação fiscal de obras reclassificadas para custo	(3.067)	(3.067)	(2.114)	(2.114)
Depreciação fiscal de obras reclassificadas para ativo intangível	(94.479)	(94.479)	(89.791)	(89.791)
Capitalização dos custos de empréstimos	(37.321)	(37.321)	(30.583)	(30.583)
Depreciação fiscal de ativos qualificados no escopo da provisão de manutenção	(17.440)	(17.440)	(15.553)	(15.553)
Receita de construção	(333.065)	(333.065)	(225.385)	(225.385)
Outros ajustes do regime tributário de transição	(848)	(848)	(641)	(641)
Descontos obtido - Lei 11.941/09	(64.881)	(64.881)	(85.032)	(85.032)
Reversão de provisões dedutíveis	(18.578)	(18.578)	(29.151)	(29.151)
Outros	(19)	(19)	-	-
Total Exclusões	(569.698)	(569.698)	(478.250)	(478.250)
Base de cálculo dos impostos	677.111	677.111	493.041	493.041
Impostos correntes	163.073	60.931	118.685	44.867
Diferenças temporárias	(8.247)	(8.247)	9.880	9.880
Impostos diferidos	(5.055)	(1.820)	11.837	4.260
Total de impostos correntes e diferidos	158.018	59.111	130.522	49.127
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	10%

b. Impostos diferidos

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo não circulante			
Constituição da provisão de manutenção (c)	53.499	49.094	38.686
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	43.609	28.686	30.305
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	25.082	17.505	14.114
Provisão para comissões sobre empréstimos	3.558	1.510	4.069
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.098	998	2.005
Provisão para contingências	858	247	226
Provisão para devedores duvidosos	696	700	642
Custo transação na emissão de títulos	446	432	337
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG'S	346	258	362
Provisão para perda de investimentos	297	297	254
Parcelamento lei nº 11.941/09 - IRRF	85	-	-
Outros	41	-	-
Depreciação s/ leasing	31	-	-
Parcelamento lei nº 11.941/09 - Pis e Cofins	5	-	-
Provisão de consultoria fiscal	-	93	-
	<u>129.651</u>	<u>99.820</u>	<u>91.000</u>
Passivo não circulante			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo	(134.543)	(122.959)	(107.443)
Custos de empréstimos capitalizados (e)	(54.665)	(43.417)	(34.015)
Variação cambial	(123)	-	-
	<u>(189.331)</u>	<u>(166.376)</u>	<u>(141.458)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- Depreciação de obras reclassificadas para o custo: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas novas práticas contábeis;
- Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas novas práticas contábeis;
- Constituição da provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "b";
- Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- Custos de empréstimos capitalizados: trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos

Notas Explicativas

capitalizados para fins contábeis;

10 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (1)	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>
Não Circulante			
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (1)	70.904	75.631	80.358
Despesas antecipadas de outorga fixa - extensão do prazo da concessão (2)	<u>353.728</u>	<u>255.416</u>	<u>164.489</u>
	<u>424.632</u>	<u>331.047</u>	<u>244.847</u>

- (1) Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga. Esses valores foram registrados no ativo e estão sendo apropriados no mesmo prazo definido para a concessão.

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser amortizado daquela data até o novo prazo final de concessão, ou seja, até 31 de dezembro de 2026.

- (2) A mudança do prazo de concessão, citada no parágrafo anterior, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 24. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa, reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, a concessionária passou a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, de forma que o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear, no resultado durante o prazo remanescente da concessão (maio de 2018 até dezembro de 2026).

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

Notas Explicativas

	Transações		Saldos	
	Serviços Prestados	Manutenção e aquisição de imobilizado	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Controladora				
Companhia de Concessões Rodoviárias - Divisão Actua (e)	14.309	-	48	6
Outras partes relacionadas				
Actua Assessoria S.A. (a)	7.586	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	36.489	-	56	4
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (d)	-	-	-	3
Camargo Corrêa Investimentos e Infra-Estrutura S.A. (d)	-	-	-	3
Serveng - Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. (d)	-	6.484	-	2.810
Concessionária de Rod. do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (f)	-	-	159	93
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (f)	-	-	14	6
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (f)	-	-	5	40
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (f)	-	-	5	61
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (f)	-	-	3	7
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (f)	-	-	-	2
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (c)	-	-	74.986	13
Profissionais chave				
Remuneração de administradores	3.798	-	-	2.383
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>62.182</u>	<u>6.484</u>	<u>75.276</u>	<u>5.431</u>
Total, 31 de dezembro de 2009	<u>54.800</u>	<u>90.982</u>	<u>66.735</u>	<u>10.873</u>
Total, 01 de janeiro de 2009			<u>50.475</u>	<u>16.043</u>

- a) Prestador exclusivo de serviços de assessoria jurídica e recursos humanos ao Grupo CCR até junho de 2010. A partir de junho de 2010 tais serviços, assim como os citados na letra “e” passaram a serem prestados pela Controladora CCR S.A., em virtude da reorganização societária.
- b) Até 31 de maio de 2010, a Engelog Centro de Engenharia Ltda. atuava como prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR. A partir de 01 de junho de 2010, tais serviços passaram a ser prestados pela Companhia de Participações em Concessões, que em função da reestruturação societária a incorporou.
- c) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.
- d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia.
- e) Até 31 de maio de 2010, a Actua Serviços Compartilhados Ltda. atuava como prestador de serviços de contabilidade, suprimentos e tesouraria ao Grupo CCR. A partir de junho de 2010 tais serviços passaram a ser prestados pela sua controladora, CCR S.A., que em virtude da reorganização societária, a incorporou.
- f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

Notas Explicativas

	2010	2009
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.108	1.065
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	2.540	1.917
Previdência privada	145	139
Seguro de vida	5	5
	<u>3.798</u>	<u>3.126</u>

Na AGO realizada em 30 de abril de 2010, foi fixada a remuneração dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.707.

12 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.012	(2.000)	1.012	2.884	(1.740)	1.144	2.982	(1.599)	1.383
Máquinas e equipamentos	15	20.359	(11.469)	8.890	15.738	(9.295)	6.443	21.875	(13.303)	8.572
Veículos	21	14.419	(10.038)	4.381	12.142	(10.274)	1.868	11.332	(9.202)	2.130
Sistemas operacionais	18	77.919	(54.116)	23.803	77.953	(44.857)	33.096	78.344	(36.159)	42.185
Imobilizado em andamento	-	34.530	-	34.530	44.861	-	44.861	35.966	-	35.966
		<u>150.239</u>	<u>(77.623)</u>	<u>72.616</u>	<u>153.578</u>	<u>(66.166)</u>	<u>87.412</u>	<u>150.499</u>	<u>(60.263)</u>	<u>90.236</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do custo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 321.828 (R\$ 279.004 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 82.424 em 01 de janeiro de 2009).

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a sua vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

Notas Explicativas

	01/01/2009				31/12/2009				31/12/2010				
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Móveis e utensílios	2.982	116	(41)	(173)	2.884	105	(43)	66	3.012				
Máquinas e equipamentos	21.875	155	(409)	(5.883)	15.738	237	(317)	4.701	20.359				
Veículos	11.332	-	(323)	1.133	12.142	10	(1.222)	3.489	14.419				
Sistemas operacionais	78.344	-	(483)	92	77.953	93	(1.025)	898	77.919				
Imobilizado em andamento	35.966	21.028	(322)	(11.811)	44.861	25.709	-	(36.040)	34.530				
	<u>150.499</u>	<u>21.299</u>	<u>(1.578)</u>	<u>(16.642)</u>	<u>153.578</u>	<u>26.154</u>	<u>(2.607)</u>	<u>(26.886)</u>	<u>150.239</u>				

Movimentação da depreciação

	01/01/2009				31/12/2009				31/12/2010			
	Depreciação	Adições	Baixas	Transferências (a)	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	
Móveis e utensílios	(1.599)	(288)	32	115	(1.740)	(287)	27	(2.000)				
Máquinas e equipamentos	(13.303)	(2.092)	248	5.852	(9.295)	(2.425)	251	(11.469)				
Veículos	(9.202)	(1.417)	323	22	(10.274)	(986)	1.222	(10.038)				
Sistemas operacionais	(36.159)	(8.853)	268	(113)	(44.857)	(10.004)	745	(54.116)				
	<u>(60.263)</u>	<u>(12.650)</u>	<u>871</u>	<u>5.876</u>	<u>(66.166)</u>	<u>(13.702)</u>	<u>2.245</u>	<u>(77.623)</u>				

(a) O valor de R\$ 16.642 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 26.886 em 31 de dezembro de 2010 correspondente às reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 3.475 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 1.223 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 597 desde o início das concessões até 1º de janeiro de 2009.

13 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração de infraestrutura	(*)	2.293.886	(383.181)	1.910.705	1.898.083	(330.804)	1.567.279	1.627.233	(290.412)	1.336.821
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	3.287	(2.810)	477	3.060	(2.357)	703	3.055	(1.918)	1.137
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.785	(1.010)	775	1.785	(653)	1.132	1.785	(296)	1.489
		<u>2.298.958</u>	<u>(387.001)</u>	<u>1.911.957</u>	<u>1.902.928</u>	<u>(333.814)</u>	<u>1.569.114</u>	<u>1.632.073</u>	<u>(292.626)</u>	<u>1.339.447</u>

Notas Explicativas**Movimentação do custo**

	01/01/2009		31/12/2009			31/12/2010			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo	Adições	Baixas	Transferências (a)	Custo
Direitos de exploração de infraestrutura	1.627.233	255.124	(903)	16.629	1.898.083	369.634	(518)	26.687	2.293.886
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.055	-	(7)	12	3.060	28	-	199	3.287
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.785	-	-	-	1.785	-	-	-	1.785
	<u>1.632.073</u>	<u>255.124</u>	<u>(910)</u>	<u>16.641</u>	<u>1.902.928</u>	<u>369.662</u>	<u>(518)</u>	<u>26.886</u>	<u>2.298.958</u>

Movimentação da amortização

	01/01/2009		31/12/2009			31/12/2010			
	Amortização	Adições	Baixas	Transferências (a)	Amortização	Adições	Baixas	Amortização	
Direitos de exploração de infraestrutura	(290.412)	(34.628)	112	(5.876)	(330.804)	(52.497)	120	(383.181)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(1.918)	(443)	4	-	(2.357)	(453)	-	(2.810)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(296)	(357)	-	-	(653)	(357)	-	(1.010)	
	<u>(292.626)</u>	<u>(35.428)</u>	<u>116</u>	<u>(5.876)</u>	<u>(333.814)</u>	<u>(53.307)</u>	<u>120</u>	<u>(387.001)</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico

(a) O valor de R\$ 16.641 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 26.886 em 31 de dezembro de 2010 correspondente às reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

As principais imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2010 são:

- i) Melhorias viárias marginal Tietê;
- ii) Implantação Posto Geral de Fiscalização km 112+000 SP-330 PS;
- iii) Implantação dispositivo de retorno km109+200 SP-330;
- iv) Duplicação PLN-020 e dispositivo.Pirelli/3M SP-330;
- v) Revitalização de obras civis para adequação do sistema GEA - SP-330/SP-348.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 33.854 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 29.380 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 127.378 desde o início da concessão até 01 de janeiro de 2009. A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,17% ao mês durante o exercício de 2010 (em média, 0,16% ao mês durante o exercício de 2009).

Notas Explicativas**14 Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e leasing**

Em moeda nacional	Taxas contratuais (% a.a.)	Vencimentos	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1. Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5%	Janeiro de 2012	14.940	28.731	42.471
1. Unibanco - União de Bancos Bras.S.A. - BNDES	TJLP + 5%	Janeiro de 2012	8.964	17.239	25.483
1. Banco Bradesco S.A. - BNDES	TJLP + 5%	Janeiro de 2012	5.976	11.493	16.989
1. Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5%	Janeiro de 2012	2.988	5.746	8.494
2. Banco Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,12%	Fevereiro de 2017	249.268	208.619	-
3. HSBC Bank Brasil S.A.	CDI + 0,831%	Janeiro de 2010	-	25.812	-
4. Banco Alfa de Investimentos S.A.	CDI + 0,558%	Março de 2010	-	21.037	-
5. Banco Bradesco S.A.	TJLP + 1%	Outubro de 2014	656	834	-
6. Itaú Unibanco S.A.	CDI + 106,50%	Novembro de 2011	50.479	-	-
7. Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 1,5% a.a.	Outubro de 2013	1.954	-	-
Total de empréstimos, financiamentos, notas promissórias e leasing			335.225	319.511	93.437
Circulante					
Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e leasing			118.492	79.458	30.596
Custo de transação			(147)	(111)	-
Total			118.345	79.347	30.596
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e leasing			217.139	240.524	62.841
Custo de transação			(259)	(360)	-
Total			216.880	240.164	62.841

Cronograma de desembolsos (não circulante)**31/12/2010**

2012	43.897
2013	42.575
2014	41.231

Notas Explicativas

Após 2014 89.177

Total não circulante 216.880

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo as indexações da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6% a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1. Em 10 de julho de 2000, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 220.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco (atualmente Itaú Unibanco) e Sudameris (atualmente Santander).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

A Companhia também possuía contratos de financiamento junto ao IFC, BID e BNDES, que foram liquidados, antecipadamente, em 11 de maio 2006. Entretanto, mantém-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a Companhia entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

Os juros adicionais correspondentes aos anos de 2004 a 2007 foram de R\$ 6.963, cujo pagamento foi feito entre outubro de 2008 a março de 2009. O valor referente ao ano de 2008 foi de R\$ 7.062, e o pagamento foi realizado em maio e junho de 2009. O valor de R\$ 3.555, referente ao ano de 2009, foi pago em abril de 2010.

A Companhia possui provisionado em 31 de dezembro de 2010, na rubrica de outras contas a pagar, o montante de R\$ 10.466 (R\$ 4.441 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 11.970 em 1º de janeiro de 2009) relativo aos juros do exercício de 2010 para o cumprimento dessa obrigação.

2. Em 05 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. A partir de 15 de março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Em fevereiro, maio, novembro de 2009 e em março de 2010, foram liberadas as três primeiras parcelas do financiamento, nos valores de R\$ 110.000, R\$ 75.000, R\$ 22.000, respectivamente e em março de 2010 foi liberada a quarta parcela no valor de R\$ 21.951 e R\$ 18.153, respectivamente.

As principais garantias e cláusulas restritivas desse contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;

Notas Explicativas

- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
 - Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
 - Caução da totalidade das ações emitidas pela Companhia;
 - Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
 - Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 120.000 (R\$ 137.800 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 101.200 em 1º de janeiro de 2009).
 - Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
 - A Companhia está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:
 - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
 - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
 - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;
3. Em 24 de setembro de 2009 a Companhia emitiu junto ao Banco HSBC Bank Brasil S.A. duas Cédulas de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), nas seguintes condições:
- A Primeira: com valor de R\$ 12.061 e com custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,867% a.a., quitada em 30 de outubro de 2009;
 - A Segunda: com valor de R\$ 25.222 e com custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,831% a.a., quitada em 29 de janeiro de 2010.
4. Em 23 de dezembro de 2009 a Companhia emitiu junto ao Banco Alfa uma Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Capital de Giro (CCB), com vencimento em 31 de março de 2010, com valor de R\$ 21.000 e custo correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, acrescida exponencialmente equivalente a 0,558% a.a., quitada em 31 de março de 2010.
5. Em agosto e setembro de 2009, a Companhia firmou seis contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no montante total de R\$ 833, com custo correspondente a TJLP + 1% a.a., destinado à compra de caminhões, caminhão trator, plataforma autossocorro e guincho de socorro (reboque). A amortização do principal se dará em quarenta e cinco e em cinquenta e sete parcelas mensais, entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de outubro de 2014. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de novembro de 2009 e 15 de janeiro de 2010 e mensalmente no período de amortização.
6. Em 29 de novembro de 2010, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias, emitindo 10 notas comerciais, série única, sem garantia, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 50.000.

As notas promissórias não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 106,5% do CDI a.a.

Notas Explicativas

O valor nominal das notas promissórias e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 24 de novembro de 2011;
- Juros: em uma única parcela na data de seu vencimento.

As notas promissórias poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

7. Ao longo do ano de 2010, a Companhia firmou oito contratos de arrendamento mercantil no valor total de R\$ 2.196, junto ao Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com vencimentos finais a partir de Junho de 2013 até Outubro de 2013. Os encargos financeiros destes contratos são CDI mais 1,5% a.a.

15 Debêntures

	Taxas Contratuais % a.a.	Custo efetivo % a.a.	Custos de transação incorridos	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimentos	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures								
1. Série 1	IGP-M + 10,65%	10,8793% (a)	877	232	Abril de 2014	93.847	105.270	128.656
1. Série 2	IGP-M + 10,65%	10,8759% (a)	877	208	Outubro de 2013	80.237	96.048	122.183
1. Série 3	103,3% do CDI	1,1846% (b)	2.809	224	Abril de 2012	138.310	228.681	323.447
2. Série Única	108% do CDI	0,1634% (b)	662	479	Setembro de 2012	140.129	-	-
3. Série Única	106,5% do CDI	0,0742% (c)	60	55	Dezembro de 2011	75.880	-	-
Total						<u>528.403</u>	<u>429.999</u>	<u>574.286</u>
Circulante								
Debêntures						236.361	146.937	156.616
Custo da transação						<u>(727)</u>	<u>(630)</u>	<u>(857)</u>
Total						<u>235.634</u>	<u>146.307</u>	<u>155.759</u>
Não circulante								
Debêntures						293.240	284.355	419.821
Custo da transação						<u>(471)</u>	<u>(663)</u>	<u>(1.294)</u>
Total						<u>292.769</u>	<u>283.692</u>	<u>418.527</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)****31/12/2010**

2012	231.674
2013	51.687
2014	<u>9.408</u>

292.769

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 1º de abril de 2006, a Companhia emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R\$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada na variação acumulada de 103,3% do CDI a.a..

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
 - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014.
- Segunda série:
 - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
 - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013.
- Terceira série:
 - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012;
 - Juros: vencimentos semestrais, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012.

Como garantia da emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da Companhia contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a

Notas Explicativas

Companhia contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar do percentual de 55% destinados ao Agente Fiduciário.

2. Em 25 de março de 2010, a Companhia emitiu cento e trinta debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 130.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 01 de abril de 2010, no valor total de R\$ 130.000.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 108% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 25 de setembro de 2012;
- Juros: semestralmente, entre 25 de março de 2011 e 25 de setembro de 2012.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora. Caso o resgate antecipado ocorra até o final do 12º mês da data de emissão, ao valor do resgate será acrescido um prêmio de 0,5%.

3. Em 22 de novembro de 2010, a Companhia realizou a 3ª emissão pública de debêntures, emitindo quinze debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos, com valor nominal total de emissão de R\$ 75.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 29 de novembro de 2010, com o mesmo valor de emissão.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração será baseada na variação acumulada de 106,5% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: uma única parcela na data de vencimento do contrato em 22 de dezembro de 2011;
- Juros: em uma única parcela na data de seu vencimento .

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora.

16 Fornecedores

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	31.673	48.414	18.125
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	-	-	255
Cauções e Retenções Contratuais (b)	17.607	14.058	9.847
	<u>49.280</u>	<u>62.472</u>	<u>28.227</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Notas Explicativas

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor medido até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

17 Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social	25.489	23.388	577
PIS e COFINS	3.415	9.576	12.354
IRRF	18	16	-
	<u>28.922</u>	<u>32.980</u>	<u>12.931</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social	356.852	321.810	577
PIS e COFINS	3.952	6.079	21.754
IRRF	241	221	-
	<u>361.045</u>	<u>328.110</u>	<u>22.331</u>

Em 16 de novembro de 2009 o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Entre os passivos tributários incluídos neste programa, foram considerados o Imposto de Renda e a Contribuição Social que, entre 1º de julho de 2006 e 30 de outubro de 2009, foram pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e as respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. O passivo incluído no programa refere-se às diferenças temporárias de impostos geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), que foram registradas no período supra citado no passivo não circulante.

O saldo de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, também foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos para débitos tributários federais, previsto na Lei nº. 11.941/09. Aguarda-se a homologação pela Receita Federal do Brasil destes pedidos de adesão.

Em 28 de fevereiro de 2010, encerrou-se o prazo legal estabelecido na Portaria Conjunta RFB/PGFN no. 13, de 19 de novembro de 2009, para que as empresas aderentes ao Programa de Parcelamento desistissem dos processos administrativos e judiciais relativos aos débitos objeto de parcelamento. Considerando que a desistência obrigatória dos processos antecedeu a homologação dos débitos parcelados, foi necessária a interpretação de algumas disposições normativas sobre o tema e, considerando a existência de algumas divergências de interpretação entre assessores jurídicos e

Notas Explicativas

o fisco, foi necessário complementar a provisão registrada em dezembro de 2009, no montante de R\$ 13.840.

Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 serão pagos em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

18 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	01/01/2009	31/12/2009			31/12/2010		
	Saldo inicial	Constituição de provisão	Realização	Total	Constituição de provisão	Realização	Total
Não circulante							
Cíveis - Indenização aos usuários da rodovia	339	397	(377)	359	979	(475)	863
Trabalhistas e previdenciárias	303	80	(16)	367	1.410	(116)	1.661
Tributárias	22	1	(23)	-	-	-	-
	<u>664</u>	<u>478</u>	<u>(416)</u>	<u>726</u>	<u>2.389</u>	<u>(591)</u>	<u>2.524</u>

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 33.800, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 79.680 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 89.604 em 1º de janeiro de 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 72.689 para os processos em andamento.

Autuação da Companhia por parte da Receita Federal do Brasil

No 1º trimestre de 2010, após fiscalização da Receita Federal do Brasil, a Companhia reconheceu débitos de IRPJ e CSLL decorrentes de diferenças temporárias relativas a divergências entre o tratamento fiscal e o contábil aplicável à parcela fixa do direito de outorga da concessão, no período compreendido entre 2004 e 2009.

Os valores dos débitos referentes a 2004 a 2008, com os respectivos acréscimos, já estão registrados nestas demonstrações financeiras e foram tempestivamente incluídos no programa de descontos e parcelamento de débitos previsto na Lei nº 11.941/09. O processo de consolidação do parcelamento já foi regulamentado e terá início a partir de julho de 2011. Remanesce apenas uma divergência restrita à cobrança da chamada “multa isolada” entre os anos-base 2004 a 2007, período no qual foi formalizado um lançamento por parte da Receita Federal do Brasil. Especificamente em relação a essa

Notas Explicativas

divergência, a controlada apresentou sua defesa administrativa, a qual aguarda julgamento. Os assessores legais da Companhia, classificam a multa referente aos exercícios de 2005 e 2006 como risco de perda remoto; já a multa aplicada em 2007 foi avaliada como risco de perda possível.

A Companhia também efetuou o pagamento espontâneo das diferenças detectadas relativamente ao ano-base 2009 com os acréscimos moratórios devidos. Não existem quaisquer outras diferenças a esse título em relação aos períodos posteriores.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº. 17.

19 Provisão de manutenção

	01/01/2009		31/12/2009				31/12/2010				
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante											
Provisão de manutenção	8.686	2.655	736	(10.792)	78.803	80.088	40.852	15.239	(61.351)	32.047	106.875
Não circulante											
Provisão de manutenção	105.094	22.805	15.211	-	(78.803)	64.307	4.050	14.163	-	(32.047)	50.473

O saldo de abertura, na data de transição, e os novos projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão no exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos.

Em 31 de dezembro de 2010 o montante provisionado corresponde a R\$ 202.540 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 183.635 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 159.801 em 1º de janeiro de 2009).

Para uma descrição da natureza das obrigações provisionadas acima, bem como da indicação das incertezas relacionadas, vide notas explicativas nº. 3 e nº. 4 item "1".

20 Arrendamento mercantil

a. Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

Notas Explicativas

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até um ano	1.049	183	1.087
Acima de um ano e até cinco anos	48	-	27

A Companhia opera com 67 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu as despesas com operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 2.048 em 31 de dezembro 2010 (R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2009).

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 1.831 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Veículos	1.739	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 120.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
	31/12/2010	31/12/2010
Até um ano	802	734
Acima de um ano e até cinco anos	1.229	1.220

21 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social é representado por 175.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Notas Explicativas

Não houve movimentação das ações durante o exercício de 2009 e 2010.

Em 30 de abril de 2010, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aumentou o seu capital social sem efeito na quantidade de ações, em R\$ 28.000, mediante capitalização da reserva de retenção de lucros.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), considerando como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado.

Em 29 de maio de 2010, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 94.500, sobre o saldo de dividendos a pagar conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária, nesta data.

Em 30 de novembro de 2010, a Companhia distribuiu dividendos no montante de R\$ 118.449, como dividendos intermediários sobre o resultado do período entre 1º de janeiro de 2010 e 30 de junho de 2010, conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária, nesta data.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	410.337
(-) Reserva legal	<u>(5.600)</u>
Base de cálculo	404.737
(+) Dividendos mínimos obrigatórios	102.584
(+) Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	271.290
(-) Dividendos antecipados	<u>(118.449)</u>
Dividendos adicionais propostos	<u><u>255.425</u></u>

d. Lucro por ação básico e diluído

Notas Explicativas

Conforme requerido pelo CPC 41 – Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	31/12/2010	31/12/2009
Numerados		
Lucro líquido disponível	410.337	334.089
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	175.000.000	175.000.000
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	2,34	1,91

22 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias) possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Notas Explicativas

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009			Total		
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo e amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo e amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo e amortizado (a)	Total			
Ativos												
Aplicações financeiras	65.349	-	65.349	18.169	-	18.169	10.258	-	10.258			
Contas a receber de clientes	-	4.059	4.059	-	3.787	3.787	-	4.232	4.232			
Partes relacionadas	-	75.276	75.276	-	66.735	66.735	-	50.475	50.475			
Passivos												
Empréstimos, financiamentos, notas promissórias e leasing	-	(335.225)	(335.225)	-	(319.511)	(319.511)	-	(93.437)	(93.437)			
Debêntures	-	(528.403)	(528.403)	-	(429.999)	(429.999)	-	(574.286)	(574.286)			
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(61.715)	(61.715)	-	(68.944)	(68.944)	-	(43.880)	(43.880)			
Partes relacionadas	-	(5.431)	(5.431)	-	(10.873)	(10.873)	-	(16.043)	(16.043)			
Total	65.349	79.335	(930.774)	(786.090)	18.169	70.522	(829.327)	(740.636)	10.258	54.707	(727.646)	(662.681)

(a) Valores líquidos do custo de transação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e conta reserva** - São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e partes relacionadas ativas** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;
- **Leasing, partes relacionadas passivas, fornecedores e outras contas a pagar** – Estão registrados pelo método do custo amortizado;
- **Nota Promissória e Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	529.601	532.093	431.292	431.292	576.437	571.277
Notas Promissórias	50.515	51.364	-	-	-	-

(*) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

Notas Explicativas

- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº. 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 65.349 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 18.169 em 31 de dezembro de 2009 e em R\$ 10.258 em 1º de janeiro de 2009.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do IGP-M	Outubro de 2013	174.523	(38.425)	(45.919)	(51.386)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2012	405.593	(44.955)	(56.222)	(67.500)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(83.380)	(102.141)	(118.886)

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	10,64%	13,30%	15,96%
IGP-M (3)	11,32%	14,15%	16,98%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 31/12/2010, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela Anbima.

(4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2010 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estavam resumidas conforme abaixo:

- Riscos de Engenharia – Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra – R\$ 50.000;
- Risco de Engenharia – Conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais – R\$ 71.000;
- Responsabilidade Civil – R\$ 75.000;
- Perda de receita – R\$ 120.000.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 353.533, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 180.000 (R\$ 1.000 por veículo), para danos morais de R\$ 18.000 (R\$ 100 por veículo), para equipamentos R\$ 108 (R\$ 2 por veículo) e para acessórios R\$ 140 (R\$ 2,60 por veículo).

24 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a) Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal			Valor presente		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Outorga fixa a pagar	1.743.069	1.709.207	2.022.656	1.462.352	1.401.655	1.620.519

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais durante o período remanescente da concessão, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., taxa essa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Notas Explicativas

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2010 estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2011	237.691	231.515
2012	237.691	220.490
2013	237.691	209.991
2014	237.691	199.991
Após 2014	<u>792.305</u>	<u>600.365</u>
Total	<u>1.743.069</u>	<u>1.462.352</u>

A Companhia reteve em 31 de dezembro de 2010 o montante da outorga fixa registrada no passivo circulante no valor de R\$ 114.693. Esse compromisso corresponde em razão da retenção de 14 (quatorze) parcelas de ônus fixo relativas ao período de novembro de 2009 a dezembro de 2010, autorizada nos termos da proposição da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) pela Secretaria de Transporte do Estado, no mês de novembro de 2009, como parte do reequilíbrio econômico financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela Concessionária.

Encontra-se em fase final de elaboração o Termo Aditivo e Modificado – TAM, a ser submetido ao Conselho Diretor desta Agência para a aprovação do reequilíbrio econômico financeiro.

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 100.295 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 211.022 em 31 de dezembro de 2010).

b) *Decorrente do direito de outorga variável*

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

As parcelas incorridas e a pagar, em 31 de dezembro de 2010, corresponde a R\$ 22.556 (R\$ 3.229 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 2.843 em 1º de janeiro de 2009).

Notas Explicativas

A Companhia reteve 06 (seis) parcelas de ônus variável (DER – Departamento de Estradas de Rodagem) no montante de R\$ 18.854 relativas ao período de novembro de 2009 a abril de 2010, autorizada nos termos da proposição da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) pela Secretaria de Transportes do Estado no mês de novembro de 2009, como parte do reequilíbrio econômico financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras a serem realizadas pela Concessionária. No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 25.162 referente ao direito de outorga variável (R\$ 35.005 em 31 de dezembro de 2009).

c) Compromisso com o Poder Concedente

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2010, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 1.026.249 (R\$ 1.289.941 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.237.634 em 01 de janeiro de 2009), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

d) Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão

A prática contábil prevista no ICPC 01 é a de não registrar o ativo transferido pelo Poder Concedente.

e) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

25 Resultados financeiros

Notas Explicativas

	31/12/2010	31/12/2009
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(74.614)	(71.375)
Variação monetária sobre debêntures	(19.183)	(1.676)
Juros sobre impostos parcelados (a)	(31.647)	-
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(132)	(10.303)
Juros e multas sobre obrigações fiscais - Lei 11.941/09 (a)	(24.800)	(162.208)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(13.797)	(10.309)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(29.402)	(15.947)
Capitalização de custos dos empréstimos	37.329	30.603
	<u>(156.246)</u>	<u>(241.215)</u>

	2010	2009
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	-	5.593
Descontos obtidos	25	2
Descontos obtidos – Lei nº. 11.941/09 (a)	17.856	85.032
Rendimento sobre aplicações financeiras	9.146	5.645
Juros e outras receitas financeiras	1.819	403
	<u>28.846</u>	<u>96.675</u>

(a) Vide nota explicativa nº. 17.

26 Receitas

Receitas	31/12/2010	31/12/2009
Receita de pedágio	1.370.905	1.163.215
Receitas de contratos de construção (CPC 17)	333.065	225.385
Receitas acessórias	19.820	16.473
	<u>1.723.790</u>	<u>1.405.073</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Notas Explicativas

	31/12/2010	31/12/2009
Receitas Brutas	1.723.790	1.405.073
Menos:		
Impostos sobre receitas	(106.201)	(77.250)
Devoluções e abatimentos	721	324
Total das receitas	<u>1.618.310</u>	<u>1.328.147</u>

Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro

Notas Explicativas

Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Márcio José Batista	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
 Av. Prof. Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200
 Bairro do Retiro – 13209 500 – Jundiaí – SP
 tel / fax: 55 (11) 4589 4000
 www.grupoccr.com.br/autoban



ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2011

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei 6404/76 e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2011, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício de 2011, no valor de R\$ 294.977.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo:

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 294.977.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia

R\$ 294.977.000,00

Origens / Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2010

R\$ 197.399.833,82

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros

R\$ 97.577.166,18

Jundiaí, 11 de março de 2011.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.
Av. Prof. Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200
Bairro do Retiro – 13209 500 – Jundiaí – SP
tel / fax: 55 (11) 4589 4000
www.grupoccr.com.br/autoban



Renato Alves Vale
Presidente do Conselho

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido em 11 de março de 2011 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Jundiaí, 11 de março de 2011.

Maurício Soares Vasconcellos

Direto Presidente

Roberto Siriani de Oliveira

Diretor Operacional

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, emitido em 11 de março de 2011 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Jundiaí, 11 de março de 2011.

Maurício Soares Vasconcellos

Direto Presidente

Roberto Siriani de Oliveira

Diretor Operacional

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Ajuste de erro formal.